

PRIMEIRA-SECRETARIA
Documento recebido nesta Secretaria sem a
indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de
caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de
14/11/2012, do Poder Executivo.
Em 02 / 07 / 19 às 11 h 17
Natalia Servidor 702186
Jose de Santana Portador
SAUS Quadra 01 Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro - Bairro Asa Sul - Brasília/DF, CEP 70070-905
Telefone: 61 2020-7242/7241 - www.cgu.gov.br -



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Gabinete do Ministro

SAUS Quadra 01 Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro - Bairro Asa Sul - Brasília/DF, CEP 70070-905

Telefone: 61 2020-7242/7241 - www.cgu.gov.br -

OFÍCIO Nº 13725/2019/GM/CGU

Brasília, 01 de julho de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
DEPUTADA SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados – Praça dos Três Poderes
CEP 70160-900 - Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 563/2019 – do Senhor Deputado Jesus Sérgio (PDT/AC).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00190.105461/2019-04.

Senhora Primeira-Secretária,

1. Por meio do Requerimento em epígrafe foram solicitadas informações a respeito das providências adotadas por esta Controladoria-Geral da União (CGU), relacionadas com a apuração de supostas irregularidades na celebração de contratos no âmbito da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), conforme denúncias divulgadas em mídias sociais pela ex-diretora da Apex-Brasil, Senhora Letícia Catelani.
2. Em relação ao requerido, cabe primeiro informar que a Lei nº 10.180/2001, ao organizar e estruturar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, estabeleceu no §2º, do art. 22, que o Ministério das Relações Exteriores será dotado em sua estrutura de um órgão setorial de controle interno. Igual tratamento foi conferido ao Ministério da Defesa, à Advocacia-Geral da União e à Casa Civil da Presidência da República.
3. Posteriormente, este órgão setorial do Ministério das Relações Exteriores foi denominado de Secretaria de Controle Interno (CISSET), com a atribuição, dentre outras, de fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades jurisdicionadas e da entidade vinculada, inclusive quanto à eficiência e à eficácia de seus resultados.
4. Feitos estes esclarecimentos, em relação ao que foi consultado, informo o seguinte:
 - a) a CGU oficialmente não tomou conhecimento das declarações da ex-diretora da Apex-Brasil, Senhora Letícia Catelani, envolvendo supostas irregularidades na celebração de contratos no âmbito da Apex-Brasil;
 - b) o questionamento quanto à identificação de a quais contratos se refere a ex-diretora, em denúncias divulgadas em mídias sociais, deve ser encaminhado ao órgão setorial de Controle Interno (CISSET) do Ministério das Relações Exteriores; e
 - c) devido ao assunto se referir às atividades de um serviço social autônomo, que se encontra sob a supervisão do Ministério das Relações Exteriores, cabe ao respectivo

órgão setorial de Controle Interno (CISSET) decidir sobre quais providências devam ser adotadas.

5. Por fim, oriento que este Requerimento, como os demais que envolverem unidades sob a supervisão do Ministério das Relações Exteriores – bem como sob a supervisão do Ministério da Defesa, da Advocacia-Geral da União e da Casa Civil da Presidência da República – sejam direcionados para o respectivo órgão setorial de Controle Interno (CISSET).

6. Caso sejam necessários maiores esclarecimentos, coloco-me à disposição de Vossa Excelência, bem como o Chefe da minha Assessoria para Assuntos Parlamentares, o Auditor Federal de Finanças e Controle Antônio Carlos Romeiro (aspar@cgu.gov.br , 61-2020-7242).

Atenciosamente,

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER DE CAMPOS ROSARIO**, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, em 01/07/2019, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir>

informando o código verificador 1165430 e o código CRC 3B7F6159